

## Acta número quatro

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, reuniu no salão Nobre da Câmara Municipal em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia. -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal e da sua situação financeira. -----

Ponto três: Pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de longo prazo, na importância de 96.300.00 euros. -----

Ponto quatro: Proposta de aprovação da terceira revisão do orçamento da despesa e do plano de actividades municipais. -----

Ponto cinco: Proposta de aprovação para o ano de 2007, da taxa do imposto municipal sobre imóveis. -----

Ponto seis: Pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de longo prazo, na importância de 124.534.00 euros. -----

Ponto sete: Proposta de aprovação da alteração do quadro resumo dos estatutos da Associação de Municípios do Vale do Douro – Norte (AMVDN). -----

Ponto oito: Período aberto ao público. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente da Assembleia, António José Rodrigues Teixeira, Primeiro Secretário, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, Segunda Secretária, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Maximiano Pereira Correia, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Rosa Freitas da Silva, Altino de Sousa, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardoso Carreira, Nuno Vasco de Almeida Machado, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Júlio da Fonseca Esteves, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e Manuel Pinto de Sousa. -

Estiveram também presentes os seguintes membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara, António Adelino Osório, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Vereadores. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e dez minutos, com a leitura da acta da reunião anterior para posterior aprovação. -----

Pelas vinte e uma horas e vinte minutos compareceu o membro da Assembleia, Pedro Filipe de Sousa Ferreira. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra, para referir que a acta não traduzia o que ele disse acerca da ausência do terceiro elemento da Mesa da Assembleia, pois, segundo o próprio, “não protestou” mas que “assistia à reunião sob protesto”. Acrescentou ainda que não disse “legalidade das casas” mas sim “legalização das casas”. -----

Posta a acta a votação, foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, três votos de abstenção dos deputados Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Filipe Teixeira e Sandra Cristina Barbosa Ferreira por terem estado ausentes na reunião, e quatro votos contra dos deputados: Nuno Vasco de Almeida Machado, Júlio da Fonseca Esteves, Firmino Teixeira Várzea e Manuel Pinto de Sousa, com apresentação de declaração de voto pelo deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, a qual se transcreve: “Votei contra, porque a acta não transcreve na íntegra e com sentido próprio, a intervenção por mim realizada”. -----

Seguidamente, a Presidente da Assembleia fez referência à correspondência recebida nos

meses de Julho, Agosto e Setembro. Deu também conhecimento da justificação das faltas dadas à última sessão pelos deputados, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e Filipe Teixeira. Informou ainda da renúncia ao mandato apresentada pela deputada Ana Maria Lacerda Cabral. -----

No período antes da ordem do dia, inscreveram-se para intervir os deputados, Júlio da Fonseca Esteves, Nuno Vasco de Almeida Machado, Manuel Pinto de Sousa, Filipe Teixeira e Pedro Filipe de Sousa Ferreira. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves interpelou o Presidente da Câmara, acerca das diligências e actividades desenvolvidas pelos serviços camarários com vista à despoluição das águas do rio Teixeira. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado alertou a Mesa da Assembleia para a existência de um erro na convocatória, pois em vez de estar escrito “convoca”, está “informa”. O mesmo deputado referiu ainda a falta de informação em relação aos assuntos tratados nas reuniões, assembleias ou congressos, por parte dos representantes dos diversos órgãos, tendo dado o exemplo da XXIII Assembleia – Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa que decorreu em Maio passado, onde foi aprovada a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local e os deputados não tiveram conhecimento, nem debateram o referido assunto na Assembleia Municipal. Pediu ainda esclarecimentos acerca do Plano de Director Municipal do concelho. -----

O deputado Manuel Pinto de Sousa apresentou um pedido de esclarecimento, acerca dos paralelos das estradas da freguesia de Vila Marim, solicitando à Mesa da Assembleia autorização para o ler, o qual se anexa à presente acta. -----

O deputado Filipe Teixeira pediu a palavra para reclamar à Mesa da Assembleia, pelo facto de lhe ter marcado falta à reunião da Assembleia, realizada em vinte e sete de Abril, argumentando que esteve presente, tendo saído um pouco antes da sessão terminar, por razões de saúde. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira lembrou o Presidente da Câmara, da situação do muro de Barqueiros e deu a conhecer que no lugar do Caboco existem vários carros abandonados e com vidros espalhados na via pública. O mesmo deputado dirigiu os parabéns ao Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal pelo passeio de barco que proporcionou aos idosos do concelho, dizendo que estas iniciativas não acontecem apenas em época eleitoral. Referiu ainda que deveria haver iniciativas do género também para os jovens. -----

Terminadas as intervenções, a Presidente da Assembleia dirigiu-se ao deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, para admitir o lapso existente na convocatória e, dizer-lhe também que, tal como ele, considera de extrema importância o conhecimento da informação por parte dos elementos que integram os diversos órgãos, dos assuntos tratados nas reuniões, assembleias ou congressos. Acrescentou ainda que os deputados tiveram conhecimento dos assuntos tratados na XXIII Assembleia – Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, nomeadamente da aprovação da Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, uma vez que, como sempre, lhes foi enviada a respectiva documentação e o assunto só não fez parte da ordem de trabalhos da presente reunião, porque já havia oito pontos na ordem de trabalhos e a opção foi integrá-lo na próxima reunião da Assembleia. -----

Em seguida, dirigiu-se ao deputado Filipe Teixeira, referindo ter cumprido com o estipulado no Regimento Interno da Assembleia e não ter tido conhecimento, em nenhum momento, dos motivos justificativos da sua saída antes da sessão terminar. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara, para esclarecer a Assembleia acerca da despoluição do rio Teixeira, referindo que está a cargo da Empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e que esta pretende trazer todos os afluentes de Carrapatelo para a Étar da zona de lazer. Disse ainda que durante o verão houve um acompanhamento periódico ao rio, com análises à água,

havendo sempre avisos ao público nas poucas situações mais graves que surgiram. -----

Em relação ao Plano de Director Municipal do concelho, o presidente referiu que este foi elaborado quando o executivo camarário não tinha a maioria absoluta e que não houve necessidade de nenhuma nomeação, porque o executivo, em regra, estava todo presente e em todas as reuniões foram feitas actas. Aconselhou ainda o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado a solicitar nos serviços todas essas actas, para verificar que o Engenheiro Coutinho teve um papel bastante activo na elaboração do Plano de Director Municipal. -----

Em relação à intervenção do deputado Manuel Pinto de Sousa, o Presidente da Câmara referiu que a ser verdade o que referiu, é uma situação grave e que iria abrir um inquérito de averiguações, para apurar o que se passou com os paralelos, pois não tinha qualquer conhecimento da situação. -----

No que diz respeito ao ranking das setenta câmaras, disse que a Câmara de Mesão Frio encontra-se aí incluída, apenas devido aos critérios que o Governo quer impor com a nova lei das finanças locais e que vai contra os pequenos municípios. Referiu que tem procurado corresponder aos anseios do Município mas que as receitas da câmara são apenas de setecentos mil contos por ano e com a nova lei em vigor a situação complicar-se-á. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para referir que o Engenheiro Coutinho participou na elaboração do Plano Director Municipal, como elemento da Casa do Douro. Aproveitou também para fazer o pedido das actas da Comissão de Acompanhamento do Plano de Director Municipal à Presidente da Assembleia. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira fez uso da palavra, para referir que os membros eleitos pelo Partido Socialista deveriam estar mais preocupados com as medidas do Governo, pois essas prejudicam o município. -----

O Presidente da Câmara voltou a fazer uso da palavra para referir que, em relação à participação do Engenheiro Coutinho na elaboração do Plano Director Municipal, o que está em causa não é quem ele representou mas sim o que foi estabelecido e validado pela três forças políticas existentes na altura. Continuou dizendo que a elaboração do Plano Director Municipal tornou-se num processo moroso que se arrastou ao longo do tempo. Entretanto houve eleições autárquicas e foram eleitas outras pessoas que tiveram de votar num documento já feito, tendo que concordar com ele pelo menos em termos políticos. O P.D.M.do concelho foi um dos primeiros P.D.M's a serem feitos, sob pressão dos prazos e isso deve ser assumido por todos. Referiu ainda que uma equipa do P.D.M. percorrerá o concelho no próximo dia quatro de Outubro, para verificar as suas zonas críticas, apesar de ser já certo que não vai haver aumento da área de construção, mas sim troca de áreas e que o P.D.M. não pode ir de encontro a todas as necessidades individuais das pessoas. -----

O deputado Manuel Pinto de Sousa fez uso da palavra, para referir que o deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira em vez de se preocupar com as verdades dos membros do Partido Socialista, deveria preocupar-se com o gabinete técnico da Câmara, pois tem conhecimento de situações com problemas, como por exemplo o problema da água, que se arrastam ao longo do tempo sem resolução. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu a palavra, para informar o deputado Manuel Pinto de Sousa de que a Câmara tem resolvido de forma bastante rápida todas as situações que conhece. Acrescentou ainda que, se o deputado Manuel de Sousa tem conhecimento da existência de problemas, com o papel fiscalizador que o caracteriza, é mau se não comunica as situações problemáticas aos serviços. -----

O deputado Manuel Pinto de Sousa referiu já ter feito várias exposições escritas à Câmara Municipal sobre situações problemáticas que ocorrem no concelho. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado voltou a intervir, para referir que no concelho

existem vivendas que estão construídas ilegalmente, não podendo ser ignoradas pela Câmara. Acrescentou que tem de haver consciência deste problema social, pois há pessoas que gostariam de fazer obras em casa e que não conseguem e, por isso, vão viver para outros concelhos. Terminou a sua intervenção, concluindo que assim o concelho vai definhando e questionou se os serviços técnicos da Câmara não terão responsabilidades no assunto. -----

Em resposta ao deputado, o Presidente da Câmara disse que se tem vindo a estudar a situação para as pessoas poderem legalizar as obras mas, se não for possível, o principal responsável não é a Câmara mas o dono da obra. Acrescentou que a equipa técnica do P.D.M. vai apresentar propostas e que o Professor Luís Ramos viria fazer alguns esclarecimentos, numa discussão aberta, possivelmente numa sessão extraordinária da Assembleia. Referiu ainda que as pessoas têm por hábito comparar o P.D.M. do concelho de Mesão Frio ao de Baião, esquecendo-se que, enquanto o P.D.M. de Mesão Frio está sujeito às leis do Douro Vinhateiro, o P.D.M. do concelho de Baião é constituído por montes. Deu o exemplo de uma empresa turística que pretende investir no concelho de Mesão Frio mas, pelo menos 70% do investimento pretendido vai ter de ser alterado, por causa das leis que regem o concelho. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para proferir: "É verdade que as pessoas sabem onde constróiem, mas existe um artigo que diz que a Câmara fiscaliza, tendo assim o direito legal para actuar. Ao se facilitar, com a conivência dos serviços, há obrigação moral de ajudar a resolver estas questões". -----

Em relação a isso, o Presidente da Câmara referiu não ter conhecimento da existência de construções ilegais em Mesão Frio. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida voltou a intervir, para referir que o Presidente até podia dizer neste órgão não ter conhecimento das construções ilegais, mas no relatório da inspecção já não podia tomar a mesma atitude. Finalizou a sua intervenção, requerendo à mesa da Assembleia cópia dos documentos comprovativos da legalização das construções ilegais, apontadas no relatório das inspecções de 1995 e 2005. -----

No ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos sobre a actividade da Câmara e a sua situação financeira. -----

O Presidente da Câmara referiu que, como os presentes tinham tido acesso prévio aos documentos, estava disponível para esclarecimentos adicionais. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado referiu, da análise que fez aos documentos, haver algum desprimor em relação a alguns serviços da Câmara, nomeadamente da parte de engenharia. Disse ainda que o documento refere bastante o trabalho da jardinagem mas "do que realmente é importante, como é o caso das reuniões a que o órgão da Câmara vai, não refere nada. Repetem-se ainda as actividades e não se verificam progressos". -----

Em resposta ao deputado, o Presidente da Câmara referiu que era necessário analisar o documento no seu global e não dar apenas importância à plantação das plantas. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves tomou a palavra, para ler e apresentar à Mesa da Assembleia uma informação escrita, sobre a sua apreciação da Situação Financeira do Município, a qual se anexa à presente acta. -----

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio pediu a palavra, para comentar algumas rúbricas que constam no documento e lamentar o facto do deputado Nuno Vasco de Almeida Machado perder imenso tempo a debater um único ponto. Referiu ainda o passeio de barco que a Câmara realizou com os idosos, como actividade positiva que não faz parte do documento e que o deputado Nuno Vasco de Almeida Machado não comentou. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira tomou a palavra para dizer que concorda com o deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, salientando que a Câmara ainda devia incluir no

documento mais actividades, pois, segundo ele: “ os deputados da oposição têm sempre o que dizer, se a Câmara faz, está mal, se não faz, mal está.” -----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio pediu a palavra à Mesa, para referir que consta como actividade municipal a limpeza do recinto da escola de Cidadelhe e que isso não corresponde à realidade, pois tem sido uma tarefa realizada pela Junta de freguesia. Aproveitou também para descrever ao Presidente da Câmara a situação da Étar do Ribeiro, reforçando a existência constante de um cheiro nauseabundo. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado retomou a palavra, para dizer que compreendia o facto do deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio não querer que ele se alongasse nas suas intervenções, porque “certamente já é tarde e se calhar já devia estar a dormir”. -

O deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio quis intervir, argumentando que era em defesa da sua honra, dizendo: “apesar de ser o membro mais idoso, não ofendi ninguém e fui ofendido. O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado devia respeitar o cargo que ocupa”. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara, para explicar que o endividamento desceu e estabilizou, tendo sido liquidado mais um empréstimo. Disse “dada a afronta às autarquias, já temos aprovisionamento em caixa para o próximo ano. Estudos realizados, prevêem que em 2009 o Estado vai fazer redução das transferências a 14 % e, desta forma, a Câmara não poderá fazer mais nada, apenas dará para manter”. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves fez uso da palavra para referir que considera errado o facto do Presidente da câmara recorrer ao factoring. -----

O Presidente da Câmara referiu que o factoring foi feito da mesma forma que outras autarquias o fizeram e não via onde estava o problema.-----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves voltou a intervir, dizendo que era ilegal e que apresentado ao Tribunal de Contas seria chumbado. -----

O Presidente da Câmara referiu ter conhecimento disso mas como não era obrigatório apresentar, não o fazia. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves retomou a palavra, para referir que conhecia bem a legislação que tinha dado muita formação nessa área e não concordava com a situação financeira da Câmara, pois era ilegal. -----

O Presidente da Câmara referiu que até o Tribunal de Contas admitia a existência de um “buraco” na lei que levava ao factoring, sem penalizações para as Câmaras. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves voltou a fazer uso da palavra, para saber o motivo pelo qual foi contratado um assessor de imprensa para a Câmara, tendo em conta que se está em situação de contenção de despesas. -----

Em resposta, o Presidente referiu que ainda não deu emprego a tantas pessoas como àquelas que o Partido Socialista prometeu durante a campanha eleitoral. Informou também que presidentes das câmaras vizinhas estão diariamente nos jornais regionais e eles próprios dizem ser imprescindível um gabinete de imprensa, pois isso também aumenta o ego dos cidadãos.

Em relação à actividade municipal, o Presidente da Câmara explicou ao deputado Nuno Vasco de Almeida Machado que as actividades estão descritas daquele modo no documento porque é pedido aos responsáveis de cada sector para descreverem da melhor forma as actividades que realizaram. Acrescentou ainda que relativamente a tudo o resto que se passa na Câmara, é comunicado e facultado ao órgão da Assembleia, embora hajam certos assuntos que têm de ser tratados em segredo, pois parece-lhe haver “boicotes” a certas situações, mas essas, a seu tempo se saberão. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva pediu a palavra para dizer que, perante a nova lei das finanças locais a Câmara vai ter que reduzir as suas despesas e em contrapartida, o Governo pretende que as autarquias participem nos vários serviços, como na saúde, educação, etc.

Considera que, mais importante do que o que consta na descrição das actividades da Câmara, é saber o quê e como é que a Câmara vai fazer. -----

Nesse sentido, o Presidente da Câmara referiu que remodelou as escolas, abriu o novo Jardim-de-infância, informatizou o serviço social, equipou a autarquia de veículos para o transporte dos alunos, através de leasing, etc. Disse que, devido às recentes alterações, tudo o que sejam apoios, à Guarda Nacional Republicana, Agrupamento de escolas, transporte de utentes para o Centro de saúde, etc., não podem continuar. O próximo ano será dedicado ao pagamento do passivo da Câmara Municipal. Continuou dizendo que, em relação à situação do Centro Escolar, vai-se estudar a possibilidade de construção em terrenos camarários. O Auditório Municipal vai ser concluído porque já está financiado e em relação à construção da Biblioteca Municipal será necessária a candidatura a fundos comunitários. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva voltou a intervir, para saber a razão da intervenção social recair sempre sobre a alçada de Associações, como dos Bombeiros Voluntários, Santa Casa da Misericórdia ou Câmara Municipal. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez uso da palavra, para referir que o Programa Progride recebe anualmente a verba de duzentos mil euros e perguntou se esse dinheiro era todo gasto no vencimento dos vários Técnicos ou se contemplava também a acção social. -----

O Presidente da Câmara explicou que é o Programa Progride que define quais os Técnicos que devem fazer parte do projecto e que cada um deles ganhava segundo o que está estabelecido nas tabelas de vencimento. -----

O deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva referiu que só se fala nos vencimentos dos Técnicos mas a verba anual do Programa é para o seu funcionamento propriamente dito e não se disponibiliza dinheiro para a acção social, como por exemplo para a construção ou melhoramento de habitações, pois isso recai sobre as Associações. -----

No ponto número três da ordem de trabalhos, referente ao pedido de autorização à contratação de um empréstimo de longo prazo, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, para dar os devidos esclarecimentos a todos os presentes e, posteriormente, submeter à votação. -----

O Presidente da Câmara referiu que a Câmara de Mesão Frio tem direito a pedir este empréstimo e como tal aproveitava a oportunidade. -----

Como não se colocou qualquer questão, foi posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com declaração de voto apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Socialista, a qual se anexa à presente acta. -----

No ponto número quatro da ordem de trabalhos, referente à aprovação da terceira revisão do orçamento da despesa e do plano de actividades, a Presidente da Assembleia fez um breve preâmbulo sobre o assunto e, de seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Câmara referiu que estava disponível para qualquer esclarecimento sobre a respectiva matéria. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves fez uso da palavra para dizer que se continuava a verificar despesas na admissão de pessoal. -----

Não havendo mais intervenções, foi posta a votação, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos dos membros do Partido Social Democrata a favor, uma abstenção do deputado Adalberto José Soeiro Carvalho Sampaio e seis votos contra dos restantes membros eleitos pelo Partido Socialista, com apresentação de declaração de voto, a qual se anexa à presente acta. -----

No ponto número cinco da ordem de trabalhos, respeitante à taxa do imposto municipal sobre imóveis, a Presidente da Assembleia informou que foi aprovada por unanimidade na reunião do Executivo, a proposta que determinava que para o ano de 2007, a taxa do imposto municipal sobre imóveis, fixada em 0,8 % para prédios urbanos e de 0,4 % para prédios urbanos avaliados nos

termos do código de imposto municipal sobre imóveis. -----

Não havendo intervenções sobre a matéria, procedeu-se à votação da referida proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto número seis da ordem de trabalhos, referente ao pedido de autorização à contratação de um empréstimo de longo prazo, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que se mostrou disponível para esclarecer as dúvidas que surgissem na consulta dos documentos. -----

Como não houve pedidos de esclarecimento, procedeu-se à votação, tendo o pedido sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e do deputado Adalberto José Soeiro Carvalho Sampaio e seis votos contra, com apresentação de declaração de voto, dos restantes membros eleitos pelo Partido Socialista que se anexa à presente acta. -----

No ponto número sete da ordem de trabalhos, respeitante à aprovação da alteração do quadro resumo dos estatutos da Associação de Municípios do Vale do Douro – Norte e depois de um breve preâmbulo feito pela Presidente da Assembleia, tomou a palavra o Presidente da Câmara que referiu da necessidade das Associações se adaptarem à nova legislação, pois o que está alterado nos estatutos decorre do que a lei exige. -----

Como os deputados tiveram previamente acesso aos documentos e não havendo pedidos de esclarecimento, a presidente da Assembleia submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

No período aberto ao público, não houve qualquer intervenção. -----

Para efeitos imediatos, foi elaborada a minuta da acta que, depois de lida foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e do deputado Adalberto José Soeiro Carvalho Sampaio e seis votos contra, dos restantes membros eleitos pelo Partido Socialista, com apresentação de declaração de voto, a qual se transcreve: “Votamos contra porque não é feita qualquer referência às intervenções dos diversos deputados, nem de quem vota a favor ou contra, nem feita menção às declarações de voto apresentadas”. -----

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta minutos. Dela se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia:

Primeiro Secretário:

Segunda Secretária: